

## O que será 2019?

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

*A desordem econômica é mundial. Bolsas valorizam, consumo cai. O Brasil exporta minério de ferro e importa aço*

Como vão ficar os países que perderam o rumo no desenvolvimento pleno pela falta de estadistas sábios? A indústria no Brasil não logrou alcançar economia de escala essencial para o aumento da produtividade e redução de custo; afora isso, após os anos 1980 não resistiu à concorrência com os importados e já dá sinais de esgotamento.

Os responsáveis pela gestão econômica e monetária não quiseram aprender a lição sofrida da crise da dívida e continuaram gerindo o país como piratas. Com a entrada da oposição em 2002 no comando do governo, as engrenagens emperraram cada vez mais. Atualmente a dívida continua aumentando, a gasolina também e a nota do país foi rebaixada. O que será 2019?

A regra de ouro das contas públicas estabelece que a União não pode se endividar para pagar gastos correntes, mas apenas fazer despesas com investimento e refinanciamento da dívida. É preciso entender que a atual situação caótica do país foi causada pela indolência de todos os que se deixaram engodar pelos palradores e se acomodaram às benesses.

Pintaram e bordaram enquanto puderam com carnaval, televisão, futebol e ganhos. Quem ainda se lembra quanto custaram os estádios da copa? Só com bom preparo para a vida e anseio de construir um Brasil melhor poderá haver algum progresso. Uma tarefa prioritária de nosso existir é a busca por esclarecimentos sobre a finalidade da existência. Os sistemas criados pelos homens deveriam atender as necessidades com liberdade e seriedade, gerando ganhos.

Mas acabaram se voltando para gerar lucros e poder, deixando tudo a cargo dos incompetentes Estados e seus perdulários estadistas, e assim as crises se tornaram inevitáveis. Neste país abandonado, de escassez de homens de bem, a maior parte da classe política só quer levar vantagens. Estamos no ponto de viragem enfrentando as consequências de todos os erros.

Os franceses também reclamam da falta de empregos. A economia global ficou desequilibrada. De um lado consolidou-se o "financeirismo" e de

outro surgiu um processo que foi concentrando a indústria na Ásia. Quem precisa de dólares tem de pagar juros, que elevados, valorizam o câmbio. Pode-se perceber nisso a interferência do princípio do moderno mercantilismo que visa o acúmulo de dinheiro forte.

Como restabelecer a simetria, pergunta o presidente da França Emmanuel Macron. Sem um consenso geral, os esforços para fortalecer o nacionalismo econômico tenderão ao acirramento das relações comerciais. O sistema atual tem provocado desemprego e queda no PIB e na arrecadação, desorganizando ainda mais a precária situação, acarretando aumento da dívida para que os Estados possam atender seus encargos.

No século passado, ainda havia um grupo de especialistas que examinavam os problemas do mundo e propunham soluções visando melhor futuro. Com a expansão do apagão mental e declínio da cultura, coube aos políticos tomar decisões ao sabor do imediatismo e dos interesses dominantes, criando-se um aglomerado de ações inadequadas ao progresso real.

Clóvis Rossi, jornalista e colunista do jornal Folha de São Paulo, classificou Oprah Winfrey e Luciano Huck como os novos profetas da autoajuda que se insinuam como prováveis campeões de votos. Vale lembrar o texto da Bíblia que diz: "naqueles tempos surgirão muitos profetas. Cuidado com os falsos profetas, bons de conversa. Vocês os reconhecerão por seus frutos".

O mundo adentra na grande crise da transformação que se apresenta sob múltiplas faces, mas na verdade se trata da grande crise da humanidade que, em sua extensão, mostra o grande atraso gerando um mundo hostil onde deveria existir apenas paz, progresso e alegria. O ano de 2019 dará continuidade à ebulição em andamento, influenciada pelas decisões do presente ano.

Se forem movidas pela cobiça de poder, o que poderemos esperar senão o agravamento geral? Esperemos que haja um mínimo de sabedoria e desprendimento.

(\*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, realiza palestras sobre qualidade de vida. Coordena os sites (www.library.com.br) e (www.vidaaprendizado.com.br). É autor dos livros: Nola — o manuscrito que abalou o mundo; O Homem Sábio e os Jovens; e O segredo de Darwin, entre outros. E-mail: (bicdutra@library.com.br).

## Congresso Nacional abre ano legislativo no dia 5 de fevereiro

Waldemir Barreto/Ag.Senado



Será realizada no dia 5 de fevereiro, uma segunda-feira, a sessão solene de abertura do ano legislativo de 2018 no Congresso Nacional. O evento está previsto para começar às 17h e marca a retomada dos trabalhos do Legislativo após o recesso parlamentar.

A leitura da mensagem do Executivo encaminhada pelo Chefe de Estado é um dos pontos altos da cerimônia. Não foi confirmada a presença do presidente da República Michel Temer, para falar das expectativas e planos para o ano e das possíveis parcerias com os demais Poderes, como já ocorreu anteriormente com outros presidentes.

Este ano, excepcionalmente,

a retomada dos trabalhos não ocorrerá no dia 2 de fevereiro, como prevê a Constituição, porque a data cairá numa sexta-feira. Pelas normas regimentais, no dia da abertura da sessão legislativa não pode haver sessão deliberativa, como explica Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, secretário-geral da Mesa do Senado.

"Na prática, nós teríamos que custear as passagens dos parlamentares para Brasília exclusivamente para uma solenidade de abertura, sem votar nada [na sexta-feira]. Então, achamos mais eficiente e econômico abrir na segunda-feira. E mantemos, assim, a sessão deliberativa ordinária para a terça-feira à tarde", disse (Ag.Senado).

## Maia se reúne com Cármen e dialogam sobre temas polêmicos

Depois de mais de duas horas reunido com a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que veio conversar sobre temas que interessam ao Congresso e ao Judiciário. Um dos assuntos foi o auxílio-moradia para juízes

No final do ano passado, pouco antes do recesso do judiciário, o ministro Luiz Fux liberou, depois de três anos, o caso do auxílio moradia de juízes para ser julgado pelo plenário da corte. O tema deve entrar na pauta em março. Sem dar detalhes, Maia disse que também conversou com a ministra sobre a reforma da Previdência.

"Vamos continuar dialogando. A conversa foi baseada nesses temas que são de interesse das duas instâncias [Câmara e Supremo], que geralmente provocam alguma polêmica, e a gente precisa que seja construído de forma harmônica entre os dois Poderes [Judiciário e



Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, no STF, em reunião com a presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

Legislativo]. Assim tem sido feito e assim será feito", disse Maia, ao deixar o edifício-sede da Corte.

Ao ser questionado sobre a

posse de Cristiane Brasil como ministra do Trabalho, suspensa pela ministra Cármen Lúcia, Maia disse que o assunto não foi abordado. "Isso é um proble-

ma do governo. Certamente a ministra Grace [Mendonça, da Advocacia-Geral da União] vai tratar do assunto com a ministra Cármen" (ABR).

## Roubo e receptação de cargas podem passar a ter penas maiores

Em 2016, foram registrados 24.563 casos de roubo de cargas no Brasil, gerando um prejuízo de R\$ 1,36 bilhão. Com objetivo de coibir esse tipo de ação, projetos apresentados em 2017 no Senado tornam mais rigorosa a pena também para um outro tipo de crime associado ao roubo de cargas: o da receptação. Atualmente, a pena para quem conscientemente compra, recebe ou transporta mercadorias roubadas vai de um a quatro anos de reclusão. Se essa receptação se der com fim comercial ou industrial, a receptação é qualificada e a pena pode chegar a oito anos.

O crime de receptação também se caracteriza quando alguém tenta fazer com que outra pessoa, de boa fé, compre, receba ou esconda essa mercadoria. "Com uma punição mais severa, a expectativa é que comerciantes deixem de receber mercadoria roubada ou furtada e, conseqüentemente, o roubo de cargas em nossas rodovias diminua", disse o senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Ele lembra que só existe o roubo de cargas porque existe a receptação. Para o primeiro crime, a reclusão passaria a ser de dois a seis anos. Já para o segundo, a pena passaria a ser de cinco a dez anos (Ag.Senado).

## MPF pede leilão de bens de Cabral e Adriana Ancelmo

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio protocolou petição no TRF2 para que sejam pautados os recursos do ex-governador do estado Sérgio Cabral e de sua mulher, Adriana Ancelmo, no processo para a alienação antecipada dos bens bloqueados do casal. Entre os oito bens retidos por ordem judicial, estão uma casa no Condomínio Portobello, em Mangaratiba, na Costa Verde, uma lancha, três automóveis e um jet ski, avaliados em mais de R\$ 12,5 milhões em um despacho de junho do ano passado.

Na avaliação do MPF na 2ª Região, a recente veiculação de uma notícia sobre a deterioração do imóvel do casal em Mangaratiba torna necessária uma resolução rápida do caso, com o julgamento dos recursos em curto prazo. O Núcleo Criminal de Combate à Corrupção do MPF na 2ª Região enviou o pedido para o desembargador federal Abel Gomes, que sus-



Ex-governador do estado, Sérgio Cabral.

pendeu o leilão determinado pela 7ª Vara Federal Criminal do Rio, até os recursos da defesa serem julgados. Os advogados questionam o descumprimento de requisitos legais pelo leiloeiro designado.

No documento, o MPF rebateu as alegações da defesa como a de que não haveria relação entre os bens retidos e os crimes pelos quais o ex-governador foi denunciado e até condenado. "Foram demonstrados contundentes indícios de que os bens são instrumentos, produtos e

proveitos de crimes contra a administração pública, motivo pelo qual foi tomada medida cautelar de sequestro dos bens", afirmam os procuradores regionais Mônica de Ré, Silvana Batini, Carlos Aguiar, Andréa Bayão e Neide Cardoso de Oliveira, do MPF na 2ª Região.

Ao ordenar o leilão dos bens, o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, em decisão de junho de 2017, argumentou: "Ainda que se defenda que o valor de mercado não se reduz com tanta facilidade, a medida também é autorizada pela Lei de Lavagem de Dinheiro, tendo em vista que a dificuldade para manutenção é inegável, uma vez que o casal proprietário está custodiado pelo estado, sem poder dispensar os devidos cuidados à casa. Portanto, a alienação antecipada proposta é adequada e proporcional ao caso em concreto" (ABR).

## Farmacêuticos são reconhecidos como 'profissionais da saúde'



A medida é uma reivindicação antiga dos farmacêuticos, que terá grande alcance social.

O Ministério da Saúde anunciou duas medidas que visam melhorar a qualidade e o acompanhamento dos serviços farmacêuticos oferecidos pelo SUS. A primeira é a inclusão do profissional farmacêutico no código de identificação do SUS, reconhecendo-os como profissionais da saúde. Com isso os farmacêuticos terão melhores condições para acompanhar os tratamentos oferecidos pelo sistema, de forma a checar se a dosagem dos medicamentos está correta e se os resultados estão dentro do esperado.

Outra medida anunciada foi o lançamento do projeto-piloto do "Programa de Cuidados Farmacêuticos", que beneficiará pacientes portadores de hepatite e artrite reumatóide com orientações e acompanhamento sobre o uso racional de medicamentos. A expectativa é que além de se evitar os riscos de falhas no tratamento por conta do uso inadequado de medicamentos, o governo consiga economizar nos gastos com ações voltadas à saúde. O projeto-piloto será implementado inicialmente em São Paulo, na Bahia e no Distrito Federal. Até o final do ano será estendido

a outros sete estados.

"Estamos investindo na qualificação da assistência farmacêutica e na estruturação das farmácias dos municípios, bem como na articulação para a aquisição de mais medicamentos, de forma a ampliar o acesso da população com menos recursos", disse o ministro Ricardo Barros. O critério da área técnica para a escolha das localidades onde o programa começa a ser aplicado foi o custo-benefício dos investimentos. "Será onde o investimento dará mais retorno, facilitando acesso e qualidade para o atendimento às pessoas".

Sobre a incorporação dos farmacêuticos no código de identificação do SUS, o ministro disse que a medida foi adotada porque, como não havia um código específico, o sistema não tinha como avaliar e quantificar, no seu âmbito, a produção e a atuação dos farmacêuticos. Segundo o presidente do Conselho Federal de Farmácia, Walter Jorge da Silva, a medida é uma "reivindicação antiga" dos farmacêuticos, que terá "grande alcance social", além de ser um "grande ganho" para a atividade farmacêutica do país. (ABR)

## Cota para idosos em concursos tem parecer pela aprovação

Pelo menos 5% das vagas de concursos públicos poderão ser destinadas a candidatos com mais de 60 anos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo impedir essa cota. É o que prevê o projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que conta com parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. O Estatuto do Idoso já veda a fixação de limite máximo de idade como requisito para admissão em emprego público, ressalvadas as situações em que a natureza do cargo o exigir.

O que o autor do projeto propõe é acrescentar nessa lei a reserva da cota para pessoa com mais de 60 anos, o que, segundo argumenta, beneficiará a sociedade "pela contribuição social e profissional que pessoas mais maduras e experientes podem oferecer". Valadares argumenta ainda que boa parte dos idosos são hoje chefes de família, com renda média, inclusive, superior aos lares chefiados por não idosos. Em sua argumentação, o senador cita estimativa indicando que, em 2020, 13% da população do país terá mais de 60 anos, o que representará um contingente em torno de 30 milhões de pessoas.

Para o senador, garantir trabalho aos idosos é uma forma de preparar a sociedade para o crescimento desse segmento. "Não é admissível deslocar o problema para o futuro e não tomar medidas desde logo", alerta. Preocupa aquelas situações em que o provimento do cargo é incompatível com o idoso, justamente em virtude



Projeto estimula capacitação e contratação de pessoas acima de 60 anos.

da idade, como por exemplo, o concurso para policial. "Nesses casos, a Administração Pública, no sentido amplo, estará dispensada de reservar o percentual das suas vagas para ingresso por meio de concurso público, tal como já previsto no art. 27 do Estatuto do Idoso", defende Valadares.

Para o relator da matéria na CCJ, senador Paulo Paim (PT-RS), os idosos têm muito a oferecer no serviço público: "O amadurecimento e a experiência de vida que carregam trarão contribuições para a melhor formação dos servidores mais jovens que com eles trabalhem", apontou. O projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos. Se for aprovado na CCJ e não houver recurso para que seja votado em Plenário, seguirá para análise da Câmara (Ag. Senado).